



POLÍCIA FEDERAL

LICI. PROJETO BÁSICO Nº 17602179/2021-PROTOCOLO/DPER/INC/DITEC/PF

Processo nº 08059.000794/2020-08

1. OBJETO:

1.1. Contratação de serviços de coleta, transporte e entrega de correspondência agrupada, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

1.1.1. Serviço de malote: consiste em coleta, transporte e entrega de correspondência agrupada, conforme detalhamento apresentado no anexo operacional.

1.1.2. Correspondência agrupada: reunião, em volume, de objetos da mesma ou de diversas naturezas quando, pelo menos, um deles for sujeito ao regime de exclusividade, remetidos a pessoas jurídicas de direito público ou privado e/ou suas agências, filiais ou representantes.

1.1.3. Percursos: são os trajetos previamente definidos pela Contratante, para a realização do serviço de coleta, transporte e entrega, tanto no sentido de ida quanto da volta, podendo ser executado dentro de uma mesma cidade ou entre as localidades definidas pela Contratante.

1.2. A presente contratação adotará como regime de execução por **empreitada por preço unitário**.

1.3. Por não haver óbice legal, opta-se pelo prazo de vigência do contrato de 60 (sessenta) meses, com base no artigo 57, II, da lei 8.666 de 1993.

1.3.1. O prazo de prestação de serviços estipulado em 60 meses ininterruptos permitirá a Diretoria Técnico-Científica alcançar maior eficiência administrativa ao eliminar procedimentos de sucessivas prorrogações contratuais, o que se refletirá sobre os custos administrativos do processo.

1.3.2. Além disso, o Anexo IX "DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO" da IN nº 05/2017 prevê a formalização de contratos por prazo indeterminado, especificamente aqueles relacionados a serviços postais monopolizados pela empresa brasileira de correios e telégrafos:

*"1.1. O órgão ou entidade poderá estabelecer a vigência por prazo indeterminado nos contratos em que seja usuária de serviço público essencial de energia elétrica, água e esgoto, **serviços postais monopolizados pela empresa brasileira de correios e telégrafos** e ajustes firmados com a imprensa nacional, desde que no processo da contratação estejam explicitados os motivos que justificam a adoção do prazo indeterminado e comprovadas, a cada exercício financeiro, a estimativa de consumo e a existência de previsão de recursos orçamentários."*

1.4. O valor do custo estimado para a contratação é o seguinte:

OBJETO	VALOR ESTIMADO (vigência de 60 meses)		
	VALOR MENSAL	VALOR ANUAL	VALOR GLOBAL
Contratação de serviços de coleta, transporte e entrega de correspondência agrupada.	R\$	R\$	R\$
	20.000,00	240.000,00	1.200.000,00

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO:

2.1. A justificativa e objetivo da contratação encontram-se pormenorizados em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares (16447260), apêndice deste Projeto Básico.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO:

3.1. A descrição da solução encontra-se em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares (16447260). Ela visa a continuidade da prestação de serviços de coleta e entrega de correspondência agrupada, e seus anexos, no âmbito das unidades da Criminalística da Polícia Federal em todo o território nacional. A prestação dos serviços obedecerá uma escala de remessas e recolhimentos que varia de estado para estado. Em alguns casos haverá remessas e recolhimentos nas segundas, quartas e sextas-feiras; em outros, às terças e quintas-feiras. A depender do fluxo de documentos essa periodicidade dos serviços poderá ser alterada.

3.2. Por fim ressalto que, considerando que a prestação dos serviços se dará por meio de adesão a serviços de pacotes, a referida contratação possibilitará a utilização de outros produtos de que dispõe a Contratada.

4. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR:

4.1. Trata-se de serviço comum de caráter continuado, sem fornecimento de mão-de-obra, em regime de dedicação exclusiva, a ser contratado mediante inexigibilidade de licitação.

4.2. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.

4.3. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre esses que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:

5.1. Conforme os Estudos Preliminares, considerando tratar-se de contrato por adesão, os termos da prestação dos serviços são estipulados pela Contratada e estão previstos nos documentos 16767555, 16767577, 16767610, 16767635 e 16767670 deste Projeto Básico.

6. JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DO FORNECEDOR:

6.1. A Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT é uma empresa pública, entidade que compõe a Administração Indireta da União, com expertise na execução de tais serviços tendo, inclusive, sido Contratada anteriormente (*ver processos 08059.005380/2012-57 e 08200.017684/2017-91*), onde atesta-se que os serviços se deram de maneira regular e satisfatória.

6.2. Ressalta-se que, por tratar de documentos e objetos relacionados à persecução penal, impõem-se à prestação dos serviços de malotes a necessidade de que a confiabilidade e o sigilo dos documentos sejam garantidos pela Administração, o que aponta os Correios como solução natural.

6.3. Convém ainda informar que, como empresa pública, a legislação designou à ela a competência de executar e controlar, sob o regime de monopólio, os serviços postais em todo o território nacional, tal como consta no artigo 2º do Decreto-Lei nº 509/1969.

Art. 2º - À ECT compete:

I - Executar e controlar, em regime de monopólio, os serviços postais em todo o território nacional;

6.4. Por sua vez, o artigo 9º da Lei 6538/1978 preceitua que:

Art. 9º - São exploradas pela União, em regime de monopólio, as seguintes atividades postais:

(...)

II - recebimento, transporte e entrega, no território nacional, e a expedição, para o exterior, de correspondência agrupada;

7. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO:

7.1. Por tratar-se de contrato de adesão, a metodologia de execução dos serviços será aquela descrita na cláusula segunda do termo de contrato múltiplo de prestação de serviços (16767555).

7.2. Os serviços serão devidamente acompanhados por comissão de servidores designados em portaria que atestarão as faturas apresentadas pela Contratada para pagamento.

8. MATERIAIS E FERRAMENTAS A SEREM DISPONIBILIZADOS:

8.1. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar acesso a sistema eletrônico que permita o acompanhamento dos serviços bem como a extração de faturas para pagamento.

9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

9.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

9.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidores especialmente designados, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

9.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;

9.4. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste Projeto Básico;

9.5. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da Contratada, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017.

9.6. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;

9.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada;

9.8. Arquivar, entre outros documentos, projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas.

10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

10.1. Por tratar-se de contrato de adesão, as obrigações da Contratada estão declaradas na cláusula quarta do termo de contrato múltiplo de prestação de serviços (16767555).

11. DA SUBCONTRATAÇÃO:

11.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

12. ALTERAÇÃO SUBJETIVA:

12.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da Contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

13. DO PAGAMENTO:

13.1. O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de 10 (dez) dias corridos contados do recebimento da fatura, que deverá ser encaminhada à Contratante;

13.2. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a fatura apresentada expressa elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

13.2.1. O prazo de validade;

13.2.2. A data da emissão;

13.2.3. Os dados do contrato e do órgão Contratante;

13.2.4. O período de prestação dos serviços;

13.2.5. O valor a pagar; e;

13.2.6. Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

13.3. Havendo erro na apresentação da fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nessa hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;

13.4. Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

13.4.1. Não produziu os resultados acordados;

13.4.2. Deixou de executar as atividades contratadas ou não as executou com a qualidade mínima exigida;

13.4.3. Deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

13.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

13.6. Antes de cada pagamento à Contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

13.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da Contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da Contratante.

13.8. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

13.9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da Contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

13.10. Persistindo a irregularidade, a Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual

nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à Contratada a ampla defesa.

13.11. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a Contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

13.11.1. Será rescindido o contrato em execução com a Contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da Contratante.

13.12. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei 8.212, de 1993, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017, quando couber.

14. REAJUSTE:

14.1. Por tratar-se de contrato de adesão, o reajuste contratual está estabelecido na cláusula quinta do termo de contrato múltiplo de prestação de serviços (16767555).

15. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

15.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a Contratada que:

15.1.1. Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

15.1.2. Ensejar o retardamento da execução do objeto;

15.1.3. Falhar ou fraudar na execução do contrato;

15.1.4. Comportar-se de modo inidôneo; ou

15.1.5. Cometer fraude fiscal.

15.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à Contratada as seguintes sanções:

15.2.1. Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

15.2.2. Multa de:

15.2.2.1. 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

15.2.2.2. 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

15.2.2.3. 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

15.2.3. As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

15.2.4. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

15.2.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja

promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

15.3. As sanções previstas nos subitens 15.2.1, 15.2.4 e 15.2.5 poderão ser aplicadas à Contratada juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

15.4. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

15.4.1. Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

15.4.2. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

15.5. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

15.6. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

15.7. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

15.8. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

15.9. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

15.10. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

15.11. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

15.12. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

15.13. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

16. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

16.1. As despesas para atender a esta contratação estão previstas no Plano Anual de Contratações, em dotação orçamentária própria prevista no orçamento da União para o exercício de 2021 na seguinte classificação:

Gestão/Unidade:

Fonte:

Programa de trabalho:

Elemento de despesa:

PI:

Alessandro de Jesus Pimenta
Responsável pela Área de Protocolo e Arquivos
DPER/INC/DITEC



Documento assinado eletronicamente por **ALESSANDRO DE JESUS PIMENTA, Agente Administrativo(a)**, em 09/02/2021, às 16:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **17602179** e o código CRC **803DA67A**.

Referência: Processo nº 08059.000794/2020-08

SEI nº 17602179